

Suzana Pasternak

1. *É o conceito de segregação pertinente para entender a realidade metropolitana (a referência fundamental são as metrópoles brasileiras, tendo como pano de fundo as metrópoles latino-americanas)?*

O que é segregação residencial? Na América Latina, este conceito tem sido utilizado de modo frouxo, como se a segregação fosse um mero reflexo das diferenças entre grupos sociais. O termo segregação é também tomado como sinônimo de desigualdade, exclusão e mesmo de pobreza (Sabatini, 2001). Defende-se aqui o argumento de que segregação deva ser entendida como o grau de aglomeração de um determinado grupo social/étnico em uma dada área.

Tal definição também ressalta um aspecto muitas vezes menosprezado: a segregação deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno relacional. Só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado. E este componente relacional permite produzir medidas de segregação que vão, por exemplo, buscar medir o grau de isolamento de um determinado grupo social em relação a outro (Massey e Denton, 1993). Tais medidas são importantes porque permitem comparar regiões e também a evolução da segregação no tempo (*nestes dois parágrafos, estou citando um texto não publicado de Haroldo Torres, para a Revista "Espaço e Debates"*).

Queiroz Ribeiro (2003: 12) identifica duas concepções de segregação:

- A primeira concebe a segregação como diferença de localização de um grupo em relação a outros grupos. Nesta concepção clássica, a distância espacial expressa a distância social entre os grupos existentes na sociedade. Os indivíduos buscam se agrupar por afinidades étnicas e sociais, como forma de garantirem sua identidade. Esta segregação seria produto de lógicas locais individuais;
- Na segunda concepção, a segregação designa as desigualdades sociais expressas como produto da organização do território da cidade. O espaço urbano possui recursos importantes necessários à reprodução dos grupos sociais, mas sua distribuição reflete chances desiguais de acesso. A segregação seria a espacialização da estratificação social (traduzida por classes, segundo Marx, ou por prestígio e poder, segundo Weber). Os grupos sociais se distribuem no território de forma a garantir que os grupos mais fortes se apropriem dos recursos materiais da cidade com maior facilidade.

Villaça, no seu livro "Espaço Intra-Urbano no Brasil" (1998: 142), comenta que há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classe e de etnias ou nacionalidades. A segregação por classe domina a estrutura das nossas cidades. Tal como entende Villaça, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.

Referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de alta renda em nenhuma região, embora exista presença exclusiva de camadas de baixa renda. O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte – talvez a maior – de uma dada classe. O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a

concentração significativa dessa classe mais que em qualquer outra região da metrópole.

Villaça chama a atenção que a segregação aqui não é só por bairro, mas por zona da cidade, por região geral da cidade (por exemplo, em São Paulo, zona sudoeste). Macro segregação por círculos concêntricos, e, para Villaça, por setores dos círculos. Segundo ele, a segregação das burguesias tende a se manifestar por setores de círculo, e tende a aumentar. Segregação por setores possibilita um sistema viário mais adequado às necessidades dessas classes dominantes. A hipótese do autor é que quanto maior a classe média, mais bairros da burguesia espalhados pelos quatro cantos teríamos, e maior seria a tendência à estruturação segundo círculos concêntricos.

No trabalho da equipe PRONEX, onde realizo minha pesquisa, tem sido adotada esta segunda concepção, incorporando as análises de Castells (1978), para quem “segregação é a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade externa, disparidade esta não só em termos de diferença, como de hierarquia”.

Medidas de segregação

A própria escolha das medidas envolve, antes de mais nada, um problema teórico, que é justamente o da primeira questão proposta: quais são os princípios pertinentes de análise da estrutura social urbana? (Preteceille, 2004:12) É a segregação categoria pertinente? Como medi-la?

Um consulta da literatura sobre segregação mostra que nos EUA dominam os trabalhos que tratam da segregação racial, primeiro da divisão entre brancos e negros, depois da divisão entre brancos e minorias etno-raciais. As pesquisas européias e latino-americanas tendem a privilegiar a questão da segregação entre classes sociais. No caso da França, a ênfase tem sido dada na segregação entre categorias sócio-econômicas distintas. Preteceille cita, no seu artigo para a “Espaço e Debates”, que os estudos franceses têm recorrido à variável categoria sócio-profissional, definida pelo INSEE, a partir de princípios inspirados na análise das classes sociais e utilizada sistematicamente pelo censo. Esta categoria sócio-profissional, como *proxy* da estrutura social, foi utilizada também na pesquisa PRONEX no Brasil. É claro que as variáveis censitárias que compõem a categoria aqui no Brasil foram adaptadas.

Há, assim, um primeiro princípio de variação, na medida em que se consideram as diferenças étnico-sociais ou sócio-econômicas como as questões maiores sobre a diferenciação dos espaços urbanos. No caso brasileiro, a maioria dos trabalhos sobre segregação se dá estudando o diferencial sócio-econômico, pouco em relação às diferenças etno-raciais, presentes nas pesquisas de E. Telles (2003). E nas cidades brasileiras em geral os estudos se focam sobre as categorias mais pobres ou mais ricas, sendo pouco sistematizada a localização residencial das categorias intermediárias.

Mesmo os estudos das cidades na chamada globalização têm enfatizado a cidade dual. Inúmeros são os debates na literatura internacional acerca da importância dos impactos da globalização sobre o aumento da segregação residencial nas áreas urbanas e nas grandes metrópoles. Este processo seria o responsável pelo aumento dos fenômenos da dualização e da fragmentação no tecido sócio-espacial, que assumiriam intensidade variável nos distintos contextos territoriais. (Sassen, 1991).

“Algumas análises, sobretudo sobre Nova York, Londres e Tóquio, consideradas como exemplos de *global cities*, têm servido para afirmar a tendência à diminuição das categorias profissionais médias, inclusive dos operários qualificados, em função da substituição do setor industrial pelo dos novos serviços produtivos, como centro do dinamismo da nova economia urbana” (Queiroz Ribeiro, 1999: 15). A globalização seria responsável pela transformação do papel das cidades, integrantes de redes mundiais, com alterações na divisão social do trabalho, declínio das atividades industriais e aumento do setor terciário. Este conjunto de mudanças geraria conseqüências para a estrutura social, expandindo as camadas superiores e inferiores da hierarquia, e diminuindo simultaneamente o peso das camadas médias, substituindo o tradicional modelo da pirâmide social pelo da ampulheta.

“Esta tendência à dualização da estrutura social também contribuiria para o surgimento de fortes polarizações espaciais, por meio da apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo de luxo, o que tem sustentado uma vasta literatura sobre temas como *Dual City* (Mollenkopf e Castells, 1991), *Quartered City* (Marcuse, 1989), *Divided City* (Fainstein Gordon e Harloe, 1992)” (Queiroz Ribeiro, 1999:15).

Além disso, a globalização levaria a uma estrutura social bimodal, através da segmentação do mercado de trabalho, que passaria a ter pequeno número de empregos altamente qualificados e remunerados, e um vasto conjunto de ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas.

Esta tese não é consensual. Muitos autores (Preteceille, 1988, 1993; Hamnett, 1995) relativizam esta hipótese da dualização inexorável como tendência da globalização argumentando que as atividades mais globalizadas representam apenas uma pequena parte do emprego urbano. Estudos de Paris e Londres mostram que as mudanças da estrutura sócio-espacial não tendem a uma oposição binária ricos-pobres, ainda que contrastes físicos e estéticos estejam cada vez mais exacerbados. Em lugar da polarização, detectam crescimento de categorias terciárias qualificadas e uma crescente complexidade da distribuição espacial das camadas sociais.

De outro lado, a literatura internacional registra também o debate a respeito da pertinência de se considerar a classe social como a variável básica para a compreensão da segregação. Seria a economia uma variável secundária na constituição da estrutura e da estratificação social? Este debate opõe correntes teóricas representadas por intelectuais que privilegiam tanto variáveis ligadas às dimensões de poder institucional e/ou simbólico (Bourdieu), como as diferentes formas assumidas pelo fenômeno da exclusão social (como Castells e Wilson, com os *urban underclass*).

Em relação às medidas: que categorias escolher ou construir? A segregação constitui um problema de classe social, ou de raça e etnia, ou de educação e renda? Ou de outras variáveis?

Em relação aos recortes dos espaços urbanos: qual a unidade espacial mais adequada para analisar a divisão social do espaço urbano? Preteceille coloca que a abordagem pode resultar de hipóteses do pesquisador em relação aos espaços mais significativos das transformações da cidade. Assim, nos EUA, os pesquisadores têm dado atenção aos guetos, aos bairros “gentrificados” e às “gated communities”, espaços de auto-segregação das classes superiores. Aqui no Brasil, se tem pesquisado muito a favela.

Em relação aos métodos estatísticos, destacam-se dois tipos de abordagem:

- Índices globais, dos quais o mais usual é o índice de dissimilaridade (muito usado nos EUA, compara a distribuição de duas categorias nas unidades espaciais estudadas); outro índice é o da segregação, que compara a distribuição de uma categoria à da população como um todo; Por exemplo, a comparação da proporção de negros em duas áreas da cidade, ou a comparação da população de negros de uma área com a do resto da cidade etc;
- Análises tipológicas, que visam agrupar unidades espaciais em tipos ou clusters, subconjuntos definidos pela semelhança dos perfis de distribuição das categorias sociais nestas unidades espaciais (como fazemos na pesquisa PRONEX).

A rede de pesquisa PRONEX foi composta inicialmente pelas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Posteriormente, agregaram-se às três metrópoles outras aglomerações urbanas.

As questões norteadoras da pesquisa referem-se a:

- Importância da análise dos impactos da globalização;
- Possibilidade de verificação empírica dos impactos da globalização na estrutura sócio-espacial e de empregos nas últimas décadas;
- Seriam estes impactos semelhantes em todas as metrópoles?

Assim, além da relação entre economia e cidade, é importante considerar a matriz histórica específica de cada formação urbana para compreender os diferentes impactos da globalização nos contextos metropolitanos nacionais.

2. De que forma a segregação se manifesta – espacial e socialmente – e por quais mecanismos ela se reproduz?

Teresa Caldeira (2000: 211) coloca que “ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até o final dos anos 40 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais, com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebiam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto.”

Queiroz Ribeiro (2003) comenta que a literatura internacional sobre os impactos da globalização nas grandes cidades tem enfatizado o aumento da segregação residencial. A difusão de idéias liberais mudou modelos de políticas públicas, privatizando serviços e assim aumentando a desigualdade de acesso a equipamentos públicos. Este mesmo ideário concorreu para uma liberalização da intervenção no mercado de terras e de moradia, reforçando a desigualdade também na organização do espaço urbano. Além destes dois itens, a globalização tem contribuído para transformações na base produtiva das cidades, com tendências à dualização social, e aumento de distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores. Segundo este autor, isso colabora para o surgimento de bairros exclusivos das camadas superiores, ao mesmo tempo em que as camadas médias e as inferiores são deslocadas para outros bairros, diminuindo o grau de mistura social das cidades.

Sabatini (1999), tal como Caldeira o fez para São Paulo, indica, para Santiago do Chile, uma mudança dos padrões de segregação residencial, de uma grande escala para a micro-escala, ou seja, do modelo centro-periferia para um modelo "fractal".

Apesar da impossibilidade de estender para o conjunto dos anos 90 as conclusões do estudo realizado para as metrópoles nacionais pela pesquisa PRONEX, os resultados obtidos para São Paulo no período 1980-1991 fornecem algumas indicações importantes e iniciam a construção de série histórica explicativa. O que se percebe é:

- Em relação à estrutura produtiva, ocorreu um crescimento das elites e diminuição do proletariado secundário. Mas, pelo menos até 1991, seria apressado concluir por uma transformação do tipo ampulheta, com crescimento da base e do topo da estrutura social;
- Em relação à infra-estrutura, diminuem as diferenças históricas entre centro e periferia metropolitana, com difusão de alguns serviços por todo o tecido metropolitano. Assim, se em 1980, 82% dos domicílios da metrópole estavam ligados à rede pública de água, em 1991, este percentual atingiu 95,42; para o município de São Paulo, em 1991, 97,39% dos domicílios tinham água canalizada, e em 2000, 98,60%. As ligações à rede pública de esgotamento sanitário passam de 54,44% dos domicílios metropolitanos para 82,18%, em 1991; para o município, de 91,10%, em 1991, para 87,84%, no ano 2000. Percebe-se que a expansão da rede de esgotamento sanitário não acompanhou o crescimento domiciliar. O acesso à energia elétrica torna-se universal. Assim, ao menos em princípio, a distinção centro-periferia perderia uma das suas características principais, resumida no acesso diferencial aos serviços urbanos.

No que diz respeito à espacialização dos fenômenos estudados, as perguntas que nortearam a análise do mapeamento da metrópole de São Paulo foram:

- A globalização estaria de fato rompendo com o modelo de cidade que tínhamos até a década de 1980?
- Se a resposta for afirmativa, a evidência do modelo fractal – segmentação sócio-espacial em micro escala, é dominante? Onde e porquê?
- Quais as características espaciais assumidas pela coexistência das velhas e novas formas de segregação?

- O novo padrão de desigualdade sócio-espacial conduz a uma concentração espacial das camadas mais poderosas e a uma diminuição dos espaços mais misturados?
- Se a infra-estrutura na metrópole de São Paulo não é mais variável determinante da localização das classes sociais, quais seriam estas variáveis e porquê?

Estas questões permanecem aguardando as respostas que devem ser dadas com a análise dos dados de 2000.

Seria o mercado imobiliário e fundiário o maior mecanismo de reprodução da segregação?

3. Qual o seu prognóstico sobre a evolução desse fenômeno?

Robert Park (Park, 1952) escreveu, há mais de 40 anos: “as relações sociais estão freqüentemente e inevitavelmente correlacionadas com as relações espaciais (...)”.

Marcuse (2004:27) comenta que o advérbio freqüentemente está bem empregado; já o inevitavelmente não. Exemplifica com a relação senhor-escravo que pode coexistir com o escravo vivendo ao lado do senhor, ou com os escravos vivendo do outro lado da cidade. As relações sociais determinam relações espaciais. Estas, por sua vez, influenciam, mas nem sempre reforçam e não determinam as relações sociais. Assim, mesmo um prognóstico de dualização social não implica necessariamente em dualização espacial.

Cabe lembrar que as cidades têm sido divididas historicamente: mesmo Hipodamus de Mileto, chamado por Aristóteles o fundador do urbanismo, dizia que uma cidade deve ser dividida em três partes, uma para artesãos, outra para fazendeiros e outra para soldados; e a terra seria dividida em espaço sagrado, público e privado. Não existir divisões por nacionalidade, classe, renda, ocupação, religião, cor, etnia, estilos de vida, preferências culturais. A segregação espacial por algumas categorias são inócuas, não hierárquicas. Outra divisão é a por função, corporificada pelo zoneamento. Esta divisão é também aceita socialmente.

Diferenças no status hierárquico, refletindo e reforçando relações de poder já não são tão aceitas socialmente. No caso extremo, temos os guetos negros da África do Sul. Residências de alto luxo protegidas por segurança particular, ou distritos de camadas trabalhadoras ou favelas, também sustentam relações de poder.

O que está acontecendo é que função, cultura e status têm se confundido. Alguns autores até comentam que a divisão étnica do trabalho é a dominante na cidade pós-industrial.

A pergunta que surge com mais força é a localização das camadas intermediárias: seria a tendência à dualização social e espacial irreversível. Enclaves de alta renda e “guetos” de pobreza dominando a espacialização da população, ou as camadas médias, pelo contrário, vão se espriar no tecido urbano, tornando-o mais indiferenciado?

A violência crescente nas zonas urbanas, sobretudo nas áreas mais pobres, tem destruído formas de socialização antes prevalentes, criando mudança intra-urbana e mesmo migração por medo da violência, enfim, modificando as razões locacionais de camadas da população. A presença de condomínios fechados não existe apenas nos segmentos de alta renda, eles já surgem em áreas pobres e mesmo em favelas.

4. Como revertê-lo ou atenuá-lo e quais as políticas e atores combinados relevantes para tanto?

De acordo com o meu ponto de vista, a alocação involuntária de qualquer segmento espacial a qualquer grupo – quer gueto, quer enclave – não é desejável numa sociedade democrática, já que pode conduzir à intolerância. A vantagem da cidade é a diversidade, a mistura, a troca entre grupos populacionais distintos. Esta troca, esta mistura, conduz ao conhecimento e à aceitação do diverso, base de uma sociedade democrática e tolerante.

Assim, justificam-se políticas para diminuir a segregação, para produzir cidades menos fragmentadas em espaços sociais suscetíveis de construir comunidades antagônicas.

As políticas para isso têm sido diversas. Nos EUA, por exemplo, o busing foi uma delas, visando ter alunos negros em escolas fora do seu bairro, assegurando mistura nas escolas. Aliás, nos EUA, a política tem sido de *equal opportunities*, dentro da ideologia norte-americana da mobilidade social pelo esforço. Assim, os norte-americanos não privilegiam políticas espaciais contra a segregação.

Na Europa, a construção de conjuntos habitacionais menores e mais integrados à trama urbana foi objeto de ação na França, na Holanda, nos países escandinavos: se quer uma certa mistura social.